

# Brasil vai pedir compensações ao FMI

Por causa da queda nas exportações, o governo quer um empréstimo compensatório sem ter que obedecer às normas rígidas do Fundo.

O Brasil poderá solicitar ao FMI um crédito compensatório em virtude de perdas de receitas com as exportações. É o que indica a viagem que o presidente do Banco Central, Fernão Bracher fará amanhã aos Estados Unidos, onde estará na segunda-feira de manhã em Washington, para contatos com o diretor-gerente do Fundo Jacques de Larosière. Para a obtenção de um empréstimo "compensatório" junto ao FMI, o País não precisará se submeter às condicionalidades de uma política de ajuste.

Quando em 1982, antes de o Brasil assinar a primeira carta de intenções, o que foi feito para vigorar em 1984, foi obtido um financiamento compensatório do FMI de US\$ 544 milhões. A Argentina, pelo mesmo motivo de perdas nas exportações, acabou de conseguir do Fundo US\$ 350 milhões, com a ressalva de que aquele país está submetido ao programa de ajuste daquele organismo.

O Brasil tem motivos de sobra para solicitar empréstimo do FMI, pois durante o ano passado sofreu uma perda de US\$ 900 milhões com as exportações de soja, US\$ 100 milhões com o café e mais de US\$ 1

bilhão com as vendas de derivados de petróleo, segundo números da Cacex ao período de janeiro a novembro. No setor siderúrgico, as importações superaram as exportações. No caso dos produtos primários, houve queda de safras e baixa cotação no mercado internacional. Essas perdas justificariam um pedido de empréstimo do FMI, sem que o País seja obrigado a se submeter às condicionalidades de uma política de ajuste.

Bracher viaja para Washington, acompanhado do seu diretor para Assuntos de Dívida Externa, Antonio de Pádua Seixas. Na sua agenda, na segunda e terça-feira, estão previstos encontros com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière; com o presidente do Banco Mundial, Barber Co-

No caso brasileiro há mais um motivo para recorrer ao FMI: o Banco Central está estimando, para até o final do ano passado, uma perda de reservas de US\$ 3,146 bilhões, o que torna de difícil recuperação na medida em que as perspectivas de aumento do superávit comercial no primeiro trimestre deste ano não são das melhores. O presidente do BC, Fernão Bracher, assegurou na última quinta-feira que as relações do Brasil com o FMI "são normais e trazem um proveito mútuo à nossa cooperação com aquele organismo".

Bracher viaja para Washington, acompanhado do seu diretor para Assuntos de Dívida Externa, Antonio de Pádua Seixas. Na sua agenda, na segunda e terça-feira, estão previstos encontros com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière; com o presidente do Banco Mundial, Barber Co-

nable; com o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, e com o presidente do Eximbank, John Bohn Junior. Na quarta-feira, pela manhã, Bracher estará em Nova York para se encontrar com o presidente do Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, William Rhodes, e banqueiros. Na sexta-feira, Bracher retorna ao Brasil, enquanto Pádua Seixas voa para a França, a fim de participar da reunião do Clube de Paris, para renegociar a dívida de governo a governo, no dia 19.

## Energia

A segunda parcela de US\$ 250 milhões liberada pelo Banco Mundial para o programa de recuperação do setor energético e repassado no último dia 26 de dezembro será integralmente aplicada na capitalização das empresas subsidiárias do Grupo Eletrobrás. A informação é do diretor finan-

ceiro da Eletrobrás, Paulo Aguiar, para quem o setor elétrico está entrando no ano de 1987 "mais capitalizado, confiante na consistência do apoio do governo e mais equilibrado do ponto de vista financeiro e econômico". Segundo ele, o setor encerrou o balanço do ano passado "razoavelmente bem, com o pagamento das contas em dia e investimentos adequados". Apenas a Eletró-sul atravessou o 31 de dezembro com débitos de cerca de Cr\$ 300 milhões com empreiteiras e fornecedores, por causa do não pagamento integral de energia por parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica e das Centrais Elétricas de Santa Catarina. Esse balanço, conforme Paulo Aguiar, é bem diferente da situação do início do governo, quando "quase todas as empresas estavam em atraso de pagamentos e serviços".